
**FOLHAS ESQUECIDAS:
UMA ANÁLISE ECOCRÍTICA DE *ORAÇÃO A SANTA DOROTEIA*,
DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA**

Forgotten Sheets: an ecocritical analysis
of *Prayer to Saint Dorotheia*, by Júlia Lopes de Almeida

Marcelo Medeiros da Silva¹

RESUMO: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora oitocentista brasileira, possui uma produção bastante extensa que engloba romances, contos, crônicas, narrativas infantis, artigos de jornal e conferências. Entretanto, neste trabalho, interessa-nos analisar, à luz da ecocrítica, a conferência *Oração a santa Doroteia* (1922), proferida, no início do século XX, como parte das preleções literárias promovidas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para tanto, seguiremos as orientações de Garrard (2006) e Junquera, Henriquez e Vigal (2010). Finalizamos nosso texto reiterando que, em sua prática como escritora e como mulher pública na sociedade brasileira oitocentista, Júlia Lopes de Almeida não ficou imune às preocupações ambientais, destacando-se, assim, como uma das vozes verdes de tempos pretéritos.

PALAVRAS-CHAVE: Ecocrítica; Sensibilização Ecológica; Júlia Lopes de Almeida

ABSTRACT: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), eighteenth century Brazilian writer, has a very extensive production that includes novels, short stories, chronicles, infant narratives, newspaper articles and conferences. However, in this work, we are interested in analyzing, in the light of ecocritics, the conference *Prayer to Saint Dorotheia* (1923), given at the beginning of the 20th century as part of the literary lectures promoted by the National Library in Rio de Janeiro. To do so, we will follow the guidelines of Garrard (2006) and Junquera, Henriquez and Vigal (2010). We end our text by reaffirming that, in her practice as a writer and as a public woman in the 1800's Brazilian society, Júlia Lopes de Almeida was not immune to environmental concerns, thus highlighting herself as one of the green voices of the past.

KEY WORDS: Ecocritic; Ecological Awareness; Júlia Lopes de Almeida

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba e docente do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e do curso de Letras do campus VI da Universidade Estadual da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Imbuído de um compromisso político de trazer à tona vozes femininas, há muito esquecidas ao longo de nossa historiografia literária, e de contribuir com a preservação de nossa memória cultural, caminho que já vimos trilhando desde o doutorado e em nossa atuação em sala de aula na graduação em Letras, o presente texto visa, em parte, reiterar a relevância que ainda permanecem tendo os estudos voltados para a produção literária de autoria feminina do passado, a qual foi soterrada por uma densa camada de silêncio que, apenas de umas décadas para cá, tem sido descortinado.

A política de silenciamento que tornou invisível “a legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação” (SCHMIDT, 1995, p. 183) perdurou, em nossa literatura, até meados da década de 1970, período em que apenas três escritoras eram conhecidas do grande público e da crítica: Raquel de Queiroz (1910-2003), Cecília Meireles (1901-1964) e Clarice Lispector (1920-1977). Afora essa tríade, não se noticiava a presença de mais nenhuma mulher em nossas letras, como se não tivéssemos uma memória literária feminina ou uma tradição de escritoras na literatura brasileira.

As razões para esse silenciamento eram, eminentemente, culturais. Conforme explica Schmidt (1995), em nosso país, cuja tradição estética é de base europeia, perdura(va), em nosso imaginário, a ideia de que os homens haviam nascido para criarem, enquanto às mulheres tinha sido concedido o dom da procriação. Logo, a criação artística só poderia ser uma atividade masculina: “tal qual Deus Pai que criou o mundo e o nomeou pelo poder do Verbo, o artista sempre foi visto em um papel análogo ao papel divino sendo, portanto, considerado o progenitor de seu texto, um patriarca estético” (SCHMIDT, 1995, p. 184). Usurpada antes mesmo dos primeiros balbucios, a voz feminina teve de resignar-se em ser mero eco que, aqui ou acolá, podia reverberar através da pena e dos olhares masculinos:

Na medida em que (o paradigma masculino) adquiriu um caráter de universalidade, a diferença da experiência feminina foi neutralizada e sua representação subtraída de importância por não poder ser contextualizada dentro de sistemas de legibilidade que privilegiavam as chamadas “verdades humanas universais” e por não atingir o patamar de “excelência” exigido por critérios de valorização estética subentendidos na expressão (pouco clara, por sinal) “valor

estético intrínseco”, vigente no discurso teórico-crítico da literatura. (SCHMIDT, 1995, p. 184)

Que as mulheres foram silenciadas por estratégias do poder masculino é um fato há muito tempo já sabido, largamente discutido e denunciado. Todavia, não podemos esquecer a relevância da mulher na “fundação de mundos e na organização ou equilíbrio de qualquer sistema social” (COELHO, 2002, p. 17). Se, desde as origens dos tempos, o sexo feminino tem sido peça-chave, não podemos descartar a importância da literatura escrita por mulheres, principalmente a partir de meados do século XX. O interesse “repentino” pela produção literária feminina, entretanto, não é decorrente de causas exclusivamente literárias. É fruto de mudanças sócio-políticas e culturais que afetaram as relações entre masculino e feminino e reconfiguraram as relações de gênero:

Se nesse naufrágio de valores as coisas mudaram de maneira irreversível para o homem, em relação à mulher, tais mudanças evoluíram em proporção geométrica e alteraram não só o seu lugar na sociedade, mas principalmente sua consciência do próprio eu, em relação à imagem-de-mulher da Tradição e em face do mundo em transformação. Não há dúvida de que o atual interesse pela literatura escrita por mulheres está visceralmente ligado a essa metamorfose cultural-social-ética-existencial em processo, e que vem se expressando na poesia, no romance, na ficção, no teatro, no ensaio, etc.. (COELHO, 2002, p. 17)

A metamorfose que caracteriza os nossos “tempos (pós)modernos” despertou a atenção não só pela literatura de autoria feminina escrita na contemporaneidade, mas, sobretudo, pela literatura que foi produzida por mulheres no passado. Essa literatura ganhou um novo interesse, já que ela traz em si “a memória dos tempos em que os valores (hoje questionados ou deteriorados) foram instaurados como ideais a serem vividos” (COELHO, 2002, p. 17). Esse interesse redundou no empenho em “redescobrir a memória de ontem, para uma maior compreensão da vivência do passado” (COELHO, 2002, p. 17).

A revisão de nossa literatura e o seu desdobramento em novos capítulos podem ter uma função muito maior: ajudar na reescrita da própria história das mulheres e contribuir na escrita de uma memória feminina tecida, muitas vezes, de silêncios e para o silêncio, o que já vem sendo feito em

nosso país a partir das pesquisas realizadas nas universidades das quais resultaram, por exemplo, os valiosos volumes da *Antologia de Escritoras Brasileiras do Século XIX*, organizada pela professora Zahidé Muzart. Aliás, contrariando a opinião de alguns, o estudo de um *corpus* deslegitimado de obras do século XIX e primeiras décadas do século XX não se configura como algo ultrapassado. Pelo contrário, tem se constituído em uma das fortes linhas de pesquisa do GT Mulher e Literatura e revela um compromisso político da crítica e do pensamento feministas contemporâneos com o nosso passado, o qual serve como espécie de âncora, para que não percamos o nosso endereço no tempo.

Como temos reiterado em outros trabalhos, vivemos uma nova etapa nos estudos de resgate de textos de autoria feminina de tempos pretéritos. Se, inicialmente, o objetivo maior que arregimentava estudiosos e estudiosas era o anseio por trazer à estampa a produção de escritoras esquecidas, atualmente, embora esse objetivo ainda não tenha se arrefecido, os estudiosos e estudiosas estão preocupados em fazer com que os textos e as escritoras, silenciados durante muito tempo, sejam lidos, analisados, comparados, isto é, voltem a circular entre os leitores e leitoras ou circulem pela primeira vez a fim de fazê-los “emergir do limbo em que se encontram, inserindo-se, portanto, no palco do debate vivo das ideias, ao mesmo tempo em que devemos ajustá-los, em sua significação, aos limites do processo histórico” (ARAUJO FILHO, 2001, p. 15).

É, portanto, esse o nosso principal objetivo: ao passo em que vamos analisar o opúsculo *Oração a santa Doroteia*, conferência proferida por Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) como parte das preleções literárias promovidas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, intentamos mostrar como a obra de D. Júlia, como era comumente conhecida pelos leitores e por seus pares, pode ser relida, propondo a nós e ao nosso tempo questões novas no que tange à relação entre nós, seres humanos, e o ambiente que nos cerca. Com isso, estamos descortinando um duplo silenciamento: primeiro, em relação à escritora, pois, apesar de vir sendo escopo de várias pesquisas, isso ainda não lhe possibilitou uma plena cidadania literária, visto que a obra dela permanece restrita a um grupo seleto de leitores e de leitoras composto por pesquisadores e pesquisadoras de nossas universidades, precisando, portanto, circular para além da academia. Segundo, em relação ao texto escolhido como *corpus* do presente trabalho, já que, no conjunto da produção deixada por Dona Júlia, é pouco estudado o opúsculo em que nos deteremos, configurando-se como uma espécie de folhas esquecidas entre os estudiosos e as estudiosas da obra da escritora.

Antes, porém, informemos que Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida nasceu na Rua do Lavradio, nº. 53, esquina da Rua da Revelação,

em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro, onde veio a falecer no dia 30 de maio de 1934. Descendente de portugueses, ela foi criada em um lar onde se cultivavam as artes e as humanidades. O pai, Valentim José da Silveira Lopes, educador e médico, e a mãe, Antonia Adelina do Amaral Pereira, pedagoga e musicista, quando vieram para o Brasil, abriram um Colégio de Humanidades.

O verbete dedicado à escritora no *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras* registra que ela, falecida aos setenta e dois anos de idade, deixou uma obra bastante extensa, fruto de uma intensa atividade jornalística e literária, que engloba desde romances, contos, crônicas, narrativas infantis, artigos até conferências proferidas em algumas notáveis associações do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. A ilustre romancista brasileira, epíteto que lhe foi dado por um jornal português, atuou também em vários periódicos, enviando trabalhos assinados, em algumas ocasiões, sob a rubrica de Julinto ou de Ecila Worns (COELHO, 2002).

A estreia de Júlia Lopes de Almeida no mundo das letras, por sua vez, ocorreu em 1881, com a publicação, inicialmente, de uma crônica sobre Gemma Cuniberti, atriz italiana que estava no Brasil, encenando uma peça infantil; e, posteriormente, com a publicação de alguns contos escritos em colaboração com sua irmã Adelina Lopes Vieira (1850-?), os quais, publicados em 1886, foram reunidos em livro intitulado *Contos Infantis*, obra que, composta por trinta e três contos em verso e vinte e sete em prosa, foi bastante utilizada nas escolas públicas primárias. Em 1887, veio a lume o primeiro livro que Júlia Lopes de Almeida assinou apenas com o seu nome: *Traços e Iluminuras*. Reunião de contos escritos em “prosa lírica que incorporava alguns textos publicados anteriormente em *A semana*, jornais do Rio, de São Paulo e de Lisboa” (TELLES, 1987, p. 438-439). *Traços e Iluminuras* foi um sucesso de público e de crítica, além de apontar para uma pródiga carreira no restrito mundo das letras.

Em 1891, foi publicado o primeiro romance de Júlia Lopes de Almeida sob a forma de folhetim: *A família Medeiros*. Nas orelhas da recente edição desta obra, publicada em 2009, pela Editora Mulheres, o escritor Luiz Ruffato (2009) lembra-nos que, embora tenha sido o primeiro romance escrito por Júlia Lopes de Almeida, entre os anos de 1886 e 1888, o fato de ter sido publicado apenas entre 16 de outubro e 17 de dezembro de 1891, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, fez com que *A família Medeiros* acabasse sendo atropelado pelo ritmo da História: “a Abolição da escravatura aparentemente tornara obsoleto o tema do livro, um sincero libelo anti-escravagista”. A obra, todavia, não deixou de alcançar excelente repercussão quando foi publicada em livro, em 1892.

Depois de *A família Medeiros*, vários outros títulos de Júlia Lopes de Almeida foram publicados, os quais garantiram o sucesso e o reconhecimento literário daquela que foi a mais conhecida das escritoras brasileiras oitocentistas e que, de fato, veio a ser uma profissional das Letras, já que chegou a viver do ofício de escritora. Em 1897, ela escreveu mais um romance: *A viúva Simões*, que foi publicado em folhetim na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e cujo enredo está centrado na paixão da protagonista, Ernestina, viúva há quase um ano do Comendador Simões, e da filha, Sara, pelo mesmo homem, Luciano.

Dois anos depois, Júlia Lopes de Almeida lançou outro livro, *Memórias de Marta*. Escrita em 1899, esta obra apresenta um enredo simples, permeado de reflexões psicológicas que traçam o percurso de superação das animosidades diante das intempéris da vida por parte de mãe e filha, batizadas pelo mesmo nome: Marta. Ambas conseguem fazer do trabalho remunerado uma forma de emancipação e mudança social. Essa obra, inserindo-se na linha da estética realista/naturalista, revela “o espaço pobre do cortiço”, apresenta “os ‘tipos’ que nele habitam (incluindo os imigrantes, os negros e os trabalhadores braçais)”, além de apontar e denunciar “as diferenças entre pobres e ricos, numa clara leitura que critica os desníveis sociais e propõe o estudo e o trabalho como rotas de fuga para uma situação degradante” (SALOMONI, 2005, p. 13).

Em 1901, foi publicado o romance *A falência*, cujo enredo está centrado em Francisco Teodoro, português que enriqueceu em terras brasileiras mediante o comércio exportador, e em Camila, esposa de Teodoro e amante do médico Gersávio. O casal mora com uma sobrinha de Camila, que é uma moça muito prestativa e atende pelo nome de Nina, e com os quatro filhos: duas meninas mais novas, que são gêmeas, uma outra filha, exímia tocadora de piano, e o filho, que desperdiça o dinheiro do pai com gastos vultosos. Francisco Teodoro, que nunca desconfia das traições da mulher, é levado à falência por um corretor e acaba suicidando-se, deixando para a família uma única casa que ele colocara em nome de Nina, para a qual a mulher, Camila, as filhas e a sobrinha vão e onde fundam uma comunidade de mulheres unidas por um único objetivo: a sobrevivência. Na constituição de uma utópica comunidade, desenha-se, em *A falência*, uma das grandes temáticas da obra de Júlia Lopes de Almeida: o trabalho feminino, que também é um dos temas do romance *A intrusa*.

Tendo, primeiro, circulado, em 1905, como folhetim nas páginas do *Jornal do Comércio* e sido publicado, em livro, em 1908, além de reeditado em segunda edição em 1935 e em terceira edição em 1994, *A intrusa* é considerada, ao lado de *A falência* e *A viúva Simões*, uma das obras em que Júlia Lopes de Almeida alcançou a plena realização literária. O

romance narra a história de uma protagonista invisível: Alice Galba, moça carente e humilde, que vai trabalhar na casa do advogado Argemiro e é incumbida de cuidar não só da casa como da filha do patrão: Maria da Glória. Como Argemiro é viúvo e prometera à esposa, no leito de morte, não esquecê-la, ele contrata os serviços domésticos de Alice, mas impõe-lhe uma condição: jamais se verem. Mesmo se mantendo invisível, a protagonista conseguirá conquistar Argemiro, ao final da trama, devido à eficiência dos serviços prestados, e passar da condição de governanta à dona da casa e do coração do patrão.

A relevância do trabalho para o sexo feminino é a tônica de mais um romance de Júlia Lopes de Almeida: *Correio da roça*, obra em que, assim como no opúsculo a ser aqui analisado, notamos também certas motivações ecológicas e que, publicada em 1913, em linguagem simples e em forma epistolar, faz “apologia da vida útil e produtiva do campo em relação à vida fútil da cidade” (COELHO, 2002, p. 311), além de confirmar a separação entre as esferas masculinas e femininas. *Correio da roça* é escrito em cinquenta e oito cartas e/ou bilhetes postais que compõem os capítulos que dão forma à obra e nos quais Fernanda, mulher da cidade, espécie de *alter ego* da escritora, procura convencer Maria, mulher insatisfeita com a vida no campo, a tornar produtiva a Fazenda Remanso, local para o qual foram Maria e suas quatro filhas, depois de ficar viúva e de ter perdido os bens e o poder aquisitivo. *Correio da roça* compõe o projeto de Júlia Lopes de Almeida que, segundo Lobo (2006, p. 162), foi chamado por João Luso de o “apostolado rural, o evangelho da terra, de sua riqueza, de sua generosidade, de suas suavidades”.

Além de *Correio da roça*, integram esse apostolado duas outras obras: *A árvore* (1916) e *Jardim Florido* (1922). Esta última é uma espécie de manual de jardinagem no qual Júlia Lopes de Almeida, para quem o jardim mais perfeito deveria seguir o modelo inglês, “planejado e recendendo a odores suaves”, historia como e onde surgiram os jardins, além de ensinar como plantar, quais tipos de solo e de adubo escolher, e de apresentar não só uma extensa lista de plantas e flores como também um glossário dos termos empregados na prática da jardinagem (TELLES, 1987).

Do mesmo ano de publicação de *Correio da roça* é o romance-folhetim *A silveirinha*, que foi publicado em livro no ano seguinte, 1914. O romance enfoca a vida das famílias abastadas da sociedade carioca e tem como tema central a luta empreendida pela jovem Silveirinha para converter o marido, que é ateu. *A silveirinha*, cujo subtítulo é crônica de um verão, é um romance acentuadamente crítico não só em relação ao clero como também às mulheres da alta sociedade, as quais são apresentadas como “mulheres intrigantes, ociosas, [...] que se espezinham mutuamente”. É uma

obra que trata das “mulheres e (de) seus amantes, das damas que falam francês e futricam. Mas, especialmente, de uma intriga clerical” (TELLES, 1987, p. 466).

Anterior à publicação de *Correio da roça* é o romance *Cruel amor*, que veio a lume em 1908 como folhetim nas páginas do *Jornal do Comércio* e depois foi publicado pela Francisco Alves em 1911 e reeditado pela mesma editora em 1921 e em 1928. A trama de *Cruel amor* se passa em uma comunidade de pescadores em uma Copacabana ainda não permeada pelas opulentas residências, e o enredo é estruturado a partir da narração de duas histórias paralelas: a de Ada, que é noiva de Rui e é seduzida pela elegância e fortuna de Eduardo; e a de Maria Adelaide, que acaba sendo morta por Flaviano, seu noivo, por ter se apaixonado e fugido com o pescador Marcos.

Apresentada como livro de contos pelo *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras*, *A isca* (1922) é, no entanto, classificada, conforme edição da Livraria Leite Ribeiro, publicada em 1922, como um conjunto de novelas: *A isca*, *O homem que olha para dentro*, *O laço azul* e *O dedo do velho*. Todas elas são estórias curtas. Naquela que serve como título para a obra, a trama gira em torno de duas forças igualmente poderosas: o amor e o dinheiro que movem a balança matrimonial e procuram mostrar até que ponto o casamento é oriundo de interesses do coração ou não passa de um contrato comercial.

Dentre os gêneros narrativos, ao lado de romances e novelas, Júlia Lopes de Almeida também cultivou a crônica e o conto, ganhando, inclusive, um concurso literário, promovido pela *Gazeta de Notícias*. Além de *Traços e Iluminuras* (1887), ela reuniu seus contos em um volume intitulado de *Ânsia Eterna* (1903/1938), obra da qual fazem parte “Os porcos”, conto premiado com trinta contos pela *Gazeta de Notícias*, e que foi considerada por Lúcia Miguel-Pereira a melhor das obras escritas por Júlia Lopes de Almeida, ou seja, “aquela em que, sem nada perder de sua singeleza, ela aproveitou com mais arte os seus recursos de escritora e deixou mais patente a sua sensibilidade” (MIGUEL-PERREIRA, 1950, p. 267).

Quanto às crônicas, além das que escreveu para as páginas do jornal *O País*, no qual, durante mais de trinta anos, assinou uma coluna intitulada “Dois dedos de prosa”, boa parte foi reunida nos seguintes volumes: *Livro das noivas* (1896), *Livro das donas e donzelas* (1906) e *Eles e elas* (1910). Essa última ganhou uma nova edição em 2015, publicada pela editora da Universidade Federal da Paraíba.

Os textos presentes em *Eles e Elas* problematizam as relações entre o masculino e o feminino, desenhando um quadro social onde “eles não se comunicam com elas”, trazendo à tona “enganos e desencontros” entre os sexos e analisando, a partir de aspectos do cotidiano, “as vaidades, frustrações

e hipocrisias de uns e de outras” (TELLES, 1987, p. 465). Nas outras duas obras, o *Livro das noivas* e o *Livro das donas e donzelas*, Júlia Lopes de Almeida, dentro de uma tradição didática que marcou a produção literária feminina no oitocentos, está preocupada com o bem-estar da mulher brasileira, oferecendo conselhos sobre o casamento, os cuidados com as lides domésticas, a higiene pessoal, enfim, recomendações sobre assuntos relacionados ao lar, registrando e criticando também, sobretudo no *Livro das donas e donzelas*, as mudanças nos hábitos das mulheres brasileiras.

Escrita em colaboração com Filinto de Almeida, poeta português e esposo de Júlia Lopes de Almeida, *A casa verde* foi publicada em 1932 pela Editora Companhia Nacional, mas, antes, havia saído como folhetim, nas páginas do *Jornal do Comércio*, entre 18 de dezembro de 1898 e 16 de março de 1899, sob o pseudônimo de A. Julinto. Antes de falecer, Júlia Lopes de Almeida publicou um último romance: *Pássaro Tonto* (1934), obra em que é perceptível um “certo desânimo, desconforto, e até mesmo uma desistência ou afrouxamento da energia e força com que até então conduzira (Júlia Lopes) suas batalhas em prol das mulheres” (TELLES, 1987, p. 474).

Da profícua produção de Júlia Lopes de Almeida, devem ser citadas ainda as peças teatrais: *A Herança*, publicada no *Jornal do Comércio* em 1909; *Quem não perdoa*, *Doidos de Amor* e *Nos jardins de Saul*, peças publicadas, conforme informação de Mendonça (2003), em um único volume, denominado de *Teatro*, pela editora Renascença Portuguesa, em 1917. Merecem menção ainda as seguintes obras: *Jornadas no meu país* (1920) e *Maternidade* (1925). A primeira é um relato sobre uma viagem que a escritora fez ao sul do Brasil entre os idos de 1918. A segunda é uma obra pacifista que veio a lume nas páginas do *Jornal do Comércio*, entre 19 de agosto de 1924 e 24 de agosto de 1925.

Júlia Lopes de Almeida é, pois, uma escritora emblemática para que possamos, em nosso país, repensar o processo de edificação literária, evidenciando que o cânone não é uma entidade autônoma, autossuficiente e, sim, uma instituição comandada por grupos segundo interesses próprios, daí por que não podemos esquecer que o processo de pertencimento ao universo literário canônico, e principalmente a ausência nele, é algo direcionado ideologicamente.

Por exemplo, Júlia Lopes de Almeida poderia ter sido a primeira mulher a ter feito parte do seletivo grupo de escritores da Academia Brasileira de Letras, mas não chegou a ocupar nenhuma de suas cadeiras. Ela foi recusada, não por lhe faltarem merecimentos literários e qualidades estéticas, mas por ter sido vítima de uma sociedade de mentalidade falocêntrica e machista que chegou a, inclusive, justificar a recusa a Júlia Lopes de Almeida, e a outras coetâneas suas, como Júlia Cortines (1868-1948) e

Francisca Júlia (1871-1920), que, ao lado da primeira, compunham a tríade das Júlias, alegando que “instituições congêneres em Madrid, Lisboa e Paris não possuíam ainda nenhum elemento feminino em seus quadros” (apud MOREIRA, 2003, p. 85).

O que poderia ter sido usado como exemplo de avanço da casa de Machado de Assis, assim como da nossa elite pensante, foi utilizado para ratificar o reacionarismo de nossa intelectualidade. Sobre esse aspecto, o acadêmico Lúcio de Mendonça escreveu um artigo pioneiro em que deixa explícitos os verdadeiros motivos da exclusão das três Júlias:

Na fundação da Academia Brasileira de Letras, era ideia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente do outro sexo; mas a ideia caiu, foi vivamente combatida por outros, irredutíveis inimigos das machonas (sic) [...] com a tal exclusão, ficamos inibidos de oferecer a espíritos tão finamente literários como o das três Júlias, o cenário em que poderiam brilhar a toda luz (MENDONÇA, 1907, p. 249).

Ao determo-nos em uma obra de uma escritora como Júlia Lopes de Almeida, que, embora profícua, passou a passos largos em nossa historiografia literária, inserimo-nos, portanto, no rol de estudiosos e estudiosas que vêm reiterando a importância dela como uma das pioneiras na história da literatura de autoria feminina no Brasil. Ao elegermos uma obra, uma conferência, que não faz parte dos “grandes” gêneros literários, estamos querendo sinalizar para um aspecto que singularizou a prática da escrita feminina oitocentista: a produção dos mais diversos gêneros desde receitas, conferências, até poemas, romances e textos teatrais.

Sobre a miríade de gêneros produzidos pelas escritoras oitocentistas, lembremos que, como, durante muito tempo, a escrita era um fruto proibido para as mulheres, era-lhes permitido, nas raras exceções, aproximarem-se desse fruto desde que ele não as fizesse cair em tentação. Escrever, por exemplo, manuais de boas maneiras, receitas culinárias ou registrar como manter a casa em ordem era, dentro do código patriarcal, referendar os valores do *sermo paternus* ou não ir de encontro a eles.

Todavia, escrevendo sobre aquilo a que estavam mais próximas, as mulheres foram, paulatinamente, adentrando no universo da escrita. Estudar os textos produzidos por mulheres é, portanto, um exercício para entender também as práticas da memória feminina, já que, “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, uma vez que não lhes foi dado poder para

gozar de espaço na narrativa histórica tradicional: “esta privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas (as mulheres) aparecem pouco” (PERROT, 2005, p. 33). Assim, é preciso que, ao lado de fontes “oficiais” como romances, poemas, peças teatrais, estudemos também textos em que a história oficial não foi escrita/inscrita e nos quais a presença feminina se faça notar, já que ela foi alijada das grandes narrativas históricas.

Por outro lado, não queremos dizer que devamos deixar de estudar os textos literários. Não é a nossa proposta, pois tanto os textos literários de autoria feminina quanto os outros textos que, embora não recebam o qualificativo de *literário*, foram igualmente escritos por mulheres são elementos importantes naquilo que se constitui uma grande empreitada: a construção de uma memória (literária ou não) feminina na sociedade brasileira que mostre as contribuições das mulheres à cultura de nosso país. Além desses aspectos, a escolha pela *Oração a santa Doroteia* deveu-se, sobretudo, ao fato de que esse texto aponta para um aspecto pouco estudado na obra Júlia Lopes de Almeida: a motivação ecológica que se pode perceber na prosa da escritora e que confere a ela, conforme mostraremos, certo pioneirismo. Por essa razão, a leitura que faremos do referido opúsculo será guiada por um olhar ecocrítico.

Em síntese ligeira, mas não redutora, podemos, na esteira de Glotfelty (1996 *apud* GARRARD, 2006), definir ecocrítica como uma vertente cujo objetivo é estudar as relações entre literatura e o ambiente físico. Nesse sentido, tal vertente crítica, ao conduzir os estudos literários a partir de uma abordagem centrada na Terra, configura-se como “uma modalidade de análise confessadamente política” cujo escopo é “o estudo da relação entre o humano e o não-humano, ao longo de toda a história cultural humana, e acarretando uma análise crítica do próprio termo ‘humano’” (GARRARD, 2006, p. 14), além da reflexão sobre as formas como, ao longo dos tempos e das sociedades, a “natureza” foi sendo, culturalmente, construída, seja como objeto de representação, seja como origem de discursos críticos.

Em outras palavras, a ecocrítica vem, portanto, propiciar uma abordagem ecológica a respeito do texto literário, interessando-se, por um lado, pelas “interligações entre a natureza e a cultura, especificamente, os artefatos culturais de linguagem e literatura”. Por outro lado, como instância crítica, a ecocrítica tem “um pé na literatura e outro na terra; enquanto discurso teórico, negocia entre o humano e o não-humano” (GLOTFELTY, 1996, p. XVIII-XIX *apud* TORRES, 2009, p. 95). Acerca do lastro teórico em que se assenta a ecocrítica, Junquera, Henriquez e Vigal (2010) afirmam o seguinte:

Se basa en gran medida en las diferentes teorías filosóficas y en los movimientos sociales que se ocupan de la relación de los humanos con su entorno (ética medioambiental, ecosofía, ecofeminismo, ecología profunda, justicia medioambiental, ecologismo del sur, etc.), a la vez que, como escuela de análisis literário y cultural, analiza textos culturales para estudiar el reflejo y la representación de las actitudes culturales en los textos. Esta escuela se preocupa, igualmente, por rescatar del olvido obras literárias que abordan estos temas. (2010, p. 18)²

Definida da forma como apresentamos em parágrafos anteriores, uma das singularidades da ecocrítica, consoante Garrard (2006), está nas estreitas relações que ela mantém com a ciência da ecologia. Todavia, ressalva o referido crítico: “os ecocríticos podem não estar habilitados a contribuir para debates sobre problemas da ecologia, porém, mesmo assim, devem transgredir os limites disciplinares e desenvolver, tanto quanto possível, sua própria capacitação ecológica” (GARRARD, 2006, p. 16).

Dito de outra forma: se os ecocríticos não podem apresentar soluções para *problemas de ecologia*, já que estes envolvem “questões propriamente científicas, a serem resolvidas pela formulação e verificação de hipóteses em experimentos ecológicos”, tais críticos, ao voltarem-se para as intersecções entre meio ambiente e literatura, entre natureza e cultura, podem evidenciar e apontar possíveis soluções para *problemas ecológicos*, isto é, para “aspectos de nossa sociedade provenientes de nossas maneiras de lidar com a natureza, dos quais gostaríamos de nos livrar e que não vemos como consequências inevitáveis do que há de bom nesta sociedade” (PASSMORE, 1974, p. 44 *apud* GARRARD, 2006, p. 17). Assim, “*los estudios ecocríticos son un instrumento más que puede contribuir a la sensibilización y al cambio*

² “subsidiase, em grande parte, em diferentes perspectivas filosóficas e em movimentos sociais que se preocupam com a relação entre seres humanos e o meio em que vivem (ética ambiental, ecosofia, ecofeminismo, ecologia profunda, justiça ambiental, ambientalismo do sul etc.). Ao mesmo tempo, no âmbito literário, analisa, a partir de uma perspectiva cultural, como certos aspectos, no que tange à relação entre homem e natureza, estão representados nos textos literários. A ecocrítica se preocupa, igualmente, em resgatar do esquecimento obras literárias que abordam tais questões” (tradução nossa).

*de actitudes hacia nuestra morada e hacia todas las especies que habitamos en ella*³ (JUNQUERA; HENRIQUEZ e VIGAL, 2010, p. 25).

Tomando, pois, a natureza como uma categoria útil à análise do texto literário, voltaremos nossas atenções para o texto *Oração a santa Doroteia* a fim de refletir não só sobre como a natureza encontra-se representada em tal conferência, mas, sobretudo, acerca das preocupações e da consciência ecológicas presentes no fazer e agir de Júlia Lopes de Almeida como uma mulher pública no Brasil finissecular.

ORAÇÃO A SANTA DOROTEIA:
MOTIVAÇÕES ECOLÓGICAS EM JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Quando nos voltamos para a produção feminina de tempos idos, dentre os vários aspectos que nos surpreendem, está o pioneirismo que algumas dessas mulheres-escritoras desempenharam, sobretudo nos temas que perpassam suas produções. Em uma época em que não era facultado às mulheres o direito à educação e ao trabalho, Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, faz deles um verdadeiro *leitmotiv* que percorre boa parte de sua obra. Ao falar sobre a mulher a partir de uma esfera específica de atuação, o espaço privado do lar, e ao defender, dentre outras necessidades, o direito à instrução e ao trabalho para o sexo feminino, D. Júlia estava ensaiando o que tomou corpo, particularmente no século XX, sob o rótulo de feminismo.

Acreditamos que, se atribuirmos ao termo *feminismo* um sentido amplo, conforme propõe Muzart (2001), e despojá-lo de amarras conceituais que o prendem a determinadas definições (ruptura individual, expressão crítica no domínio cultural, engajamento coletivo no combate político), podemos dizer que Júlia Lopes de Almeida foi uma feminista, já que, antes mesmo do surgimento do feminismo como um movimento político organizado por mulheres, ela já havia levantado a bandeira em prol de alguns direitos que estavam na pauta do feminismo: igualdade de direitos políticos, civis e econômicos, como o acesso à instrução e ao mercado de trabalho. Não só por esses temas, que demonstram uma preocupação com o lugar social da mulher brasileira, branca e de classe média no oitocentos, cremos que o pioneirismo de Júlia Lopes de Almeida também está nas discussões sobre a

³ “os estudos ecocríticos são outro instrumento que pode contribuir para a sensibilização e a mudança de nossas atitudes quanto ao meio ambiente e a todas as espécies que nele habitam” (tradução nossa).

relação homem e meio ambiente, antecipando, de certa forma, questões que fazem parte da agenda de movimentos ambientalistas, conforme podemos depreender da leitura de *Oração a santa Doroteia* e de algumas crônicas em que a escritora empreende uma verdadeira luta contra a política de modernização do Rio de Janeiro que implicava, dentre outras coisas, a destruição do morro de Santo Antônio.

Acerca da consciência ecológica que permeava o agir de Júlia Lopes de Almeida contra a campanha do bota-abixo fomentada na gestão de Pereira Passos, leiamos esta afirmação em uma das crônicas que foram publicadas em *Dois Dedos de Prosa*, coluna que D. Júlia manteve, por trinta anos, no jornal *O País*, periódico de circulação nacional:

Ora quem tem uma pena na mão deve defender essas coisas [o bem público, o meio ambiente]: é o que eu faço e o que farão outros jornalistas amantes desta cidade tão privilegiada pela natureza [Rio de Janeiro]. (ALMEIDA *apud* MOREIRA, 2010, p. 3)

As agressões contra o meio-ambiente, contrária às quais Júlia Lopes vai se posicionar, serão tema de mais outras crônicas, conforme registra Moreira (2008): *Crime Premeditado I*, *Crime Premeditado II* e *Crime Consumado*, todas elas publicadas em *O País*:

Quem me ajudará a defender este formoso morro de Santo Antônio da ameaça de morte com que o afligem agora? Será possível que toda a gente desta cidade maravilhosa seja indiferente à beleza e ao futuro deste sítio de tão pitoresca topografia, a ponto de consentir, sem reflexão nem tino, no seu arrazamento? (ALMEIDA *apud* MOREIRA, 2008, p. 1)

Tais crônicas são, portanto, reveladoras da preocupação ambientalista de D. Júlia com o destino do morro de Santo Antônio que não conseguia escapar à sanha de modernização que impregnava o projeto que objetivava tornar o Rio de Janeiro uma Paris Tropical, atitude essa que para Júlia Lopes configurava-se como um crime ambiental que precisava ser combatido por todos, cuja consciência ecológica, por meio de suas crônicas-protesto, a escritora visava despertar:

Continuo, como v[e]m, a considerar um *crime* a realização de semelhante obra. Não olho para as coisas só através da lente da

poesia. É preciso um acordo da natureza com os homens, e esse acordo, como se pode ver nem sempre se realiza! O meu protesto aí está. (ALMEIDA *apud* MOREIRA, 2008, p. 6)

Contra o argumento falacioso de que o morro de Santo Antônio dificultava “as medidas sanitárias em execução, ofuscava o embelezamento do logradouro onde se erguia e ainda abafava o ar que vinha do oceano para melhor arejar a cidade do Rio de Janeiro” (MOREIRA, 2008, p. 3), Júlia Lopes vai contrapor-se, trazendo a lume as verdadeiras razões que estavam por trás da política de derrubada do que para alguns, nas palavras da cronista, não passava de uma “redonda excrescência”: “[...] favorecimento [de interesses] práticos e pessoais, traduzidos em lucro monetário ao sindicato estrangeiro que o premedita[va]” (ALMEIDA *apud* MOREIRA, 2008, p. 3). Nas crônicas, aqui aludidas, o tom empregado revela uma escritora combativa que se vale de palavras enérgicas contra não o processo de modernização do Rio de Janeiro, até porque ele era inevitável, mas, sim, contra os desmandos e os interesses políticos e pessoais que incidiam na condução de tal projeto e que fomentavam ações danosas à natureza.

Lembremos que, para fazer jus ao novo *status*, o de cidade cosmopolita, o Rio de Janeiro precisava civilizar-se, essa era, pois, a palavra de ordem. Era necessário, então, empreender mudanças na velha estrutura urbana da cidade que ainda apresentava contornos coloniais, como era o caso de ruelas estreitas, recurvas e em declive, e que sofria, em suas áreas pantanosas, com algumas endemias como: febre tifóide, febre amarela, impaludismo e varíola. Essa situação criava uma imagem que não era positiva para uma cidade cujo futuro era apresentado como auspicioso (SEVCENKO, 2003).

Urgia, pois, findar com a imagem de “cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmag, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim” (SEVCENKO, 2003, p. 39). Para extirpar a imagem sombria, a maior obsessão do governo republicano passou a ser a remodelação da cidade com vistas a alinhá-la aos padrões e ao ritmo europeus. Dentro do projeto de transfiguração de uma velha cidade, feia e suja, foram postas em prática algumas medidas que visavam, sobretudo, à demolição de prédios antigos, à abertura de avenidas e à construção de praças e jardins.

Em *Oração a santa Doroteia*, Júlia Lopes de Almeida está advogando em prol de uma das ações que foi uma das tônicas da *belle époque*, já que vinha ao encontro do projeto de urbanização e paisagismo por que tinham de passar as grandes cidades: a necessidade de embelezamento

urbano por intermédio do cultivo de jardins, assunto este que a escritora já havia abordado em *Jardim Florido*, obra de 1922. Para além do apego excessivo às flores, embora não traga instruções sobre o cultivo de jardins, *Oração a santa Doroteia*, todavia, vai defender, ainda que de forma tangencial, a importância de tal prática não só como recurso de embelezamento urbano, mas, sobretudo, como um meio de integração entre homem e natureza, daí por que a prática da jardinagem é louvada em tal conferência. Não é à toa que é à imagem de santa Doroteia que D. Júlia recorre. Evocando uma santa que no imaginário popular é conhecida como a padroeira das flores, Júlia Lopes de Almeida vale-se da devoção dela às flores como um argumento de autoridade para sustentar os argumentos que permearão toda a conferência em epígrafe e que reiteram a relevância das flores na vida humana. Nesse sentido, a acreditar-se em D. Júlia, o que ela dirá será intermediado pela santa, que transformará “em lírios cândidos as palavras que me saírem da boca e as minhas flores de retórica sedíça, já mofada, que não têm aroma nem produzem sementes, numa chuva de pétalas verdadeiras” (ALMEIDA, 1922, p. 7).

As flores em cuja alma a conferencista, sob a inspiração de santa Doroteia, pretende penetrar, são apresentadas como veículo por meio do qual o homem pode encontrar a felicidade das coisas simples que estão dispersas no mundo natural sem que nos apercebamos delas:

O que eu desejaria transmitir, aos que o não têm, este dom de podem encontrar motivos de deleite espiritual das expressões, às vezes bem simples e modestas, da Natureza. Explicá-las? Não sei; porque não sou sábia, mas apenas devota. Não amo a flor porque ela seja a elaboração do fruto, mas só porque é a condensação da poesia e da graça. (ALMEIDA, 1922, p. 10)

Concebidas como “luz, perfume, poesia, afirmação da Bondade e da Beleza na terra” (ALMEIDA, 1922, p. 10), as flores servem não só como objeto de adoração, mas, sobretudo, de instrução e conhecimento aos seres humanos. Por isso, as flores, metáfora, por extensão, para a própria Natureza, são mostradas no texto de D. Júlia como um elemento que não está alheio à vida cotidiana humana. Elas não são elementos secundários. Pelo contrário, constituem o próprio cenário por onde a vida humana desenrola-se. Daí por que a relação entre homem e natureza é apresentada na óptica de D. Júlia não sob o signo da exploração, mas da harmonia, isto é, destituída de toda e qualquer hierarquia, embora, em nosso imaginário, o homem seja elevado à categoria de senhor de tudo o que não é humano:

O homem desmatou e queimou florestas, matou animais somente por esporte, alterou rios, aterrou pântanos, causando as mais diversas formas de intervenção na natureza para atender às suas próprias necessidades. Na medida em que se propagou a supremacia do ser humano diante do mundo natural, consagrou-se uma forte hierarquia representada pelo domínio sobre o meio ambiente. (BRAGA, 2010, p. 38)

D. Júlia vai, pois, defender um contato mais direto entre homem e natureza, assumindo uma atitude que estava em consonância com o que se vinha fazendo em outras partes do mundo nas quais se reivindicava que, com o advento do processo de industrialização, houve uma separação brusca entre homem e natureza que precisava ser reparada de forma que se pudesse voltar à reaproximação que antes existira entre um e outro, o que era possível através do exercício da jardinagem, prática esta que se tornou uma verdadeira febre nos fins do século XVIII e dealbares do século XIX, principalmente na Inglaterra (BRAGA, 2010, p. 39), tanto que Thomas (1989, p. 267) chega a afirmar: “[...] ocorreu uma expansão do cultivo de flores em escala tão enorme que justifica acrescentarmos, a todas as revoluções do início dos tempos modernos, esta outra: a Revolução da Jardinagem”.

Em consonância com os preceitos dessa revolução da jardinagem, o que Júlia Lopes de Almeida apresenta em sua conferência é que cultura e natureza podem conviver sem que uma destrua a outra, isto é, o progresso e o desenvolvimento não precisam ser, necessariamente, antagônicos à ideia de respeito e valorização da natureza (BRAGA, 2010). Pelo contrário, eles podem caminhar ao encontro da integração entre humano e não humano. Ao defender essa atitude de respeito à natureza, Júlia Lopes de Almeida procura, a nosso ver, investir na subjetividade de seu público a fim de sensibilizá-los para a necessidade de uma consciência e de uma prática ecológicas, principalmente porque, como a referida escritora mostra, em determinado momento de sua fala, ao contrário de outras culturas em que há um respeito à natureza que redundava em um verdadeiro culto religioso aos elementos do mundo natural, na cultura brasileira, além de tal culto não existir, a contemplação da natureza é vista pelas lentes da galhofa.

Como forma de modificar essa apatia ao culto às flores e despertar o que poderíamos chamar de sensibilização ecológica, a conferência de D. Júlia vai ressaltar a importância da criação de jardins, principalmente em praças e logradouros públicos:

Se não chegamos ao fanatismo de fazer caminhadas para nos prostramos em longos silêncios contemplativos diante de árvores e vergéis floridos, ainda assim já vamos prestando o nosso culto à Flora nas nossas praças e jardins públicos. As flores das nossas cidades eram há poucos anos ainda umas encarceradas, consumindo a vida atrás de varões de ferro, como as freiras. Temia o poder que as escravizava, que a sociedade as brutalizasse cá fora. Mas o povo desmentiu a previsão injusta. (ALMEIDA, 1922, p. 15)

O discurso de D. Júlia é permeado por palavras amenas como amena deve ser também a relação entre o homem e a natureza, uma vez que esta pode até ser desconhecida pelo homem, mas este não o é por ela:

Insetos, aves e vento, eis quem pode saber alguma coisa das flores. Nós nada sabemos, mas cuido que elas sabem alguma coisa de nós, e coisa que as enternece, que as faz participantes das nossas alegrias e das nossas tristezas... Se não, reparai bem, como cada flor tem na sua expressão inconfundível uma secreta analogia com os sentimentos humanos. E é tão sincera e tão justa essa expressão, que dela nos servimos melhor que dos vocábulos em certos momentos da vida, que ela simboliza. As flores da laranjeira nos noivados, os goivos e as saudades nos cemitérios não têm tão expressiva eloquência? (ALMEIDA, 1922, p. 17)

Como tal, a natureza, a cujo papel relevante encontram-se alusões na mitologia de todos os povos, é “um livro de que não há nem uma curta palavra que não nos sirva de ensinamento” (ALMEIDA, 1922, p. 19). Em outras palavras, a natureza está tão incrustada no imaginário coletivo que a ela, em todas as culturas, são atribuídos valores simbólicos diversos, como podem exemplificar as diversas significações atribuídas às flores, especificamente às rosas, ao longo da História e das mais diversas sociedades:

Só a respeito da rosa pode fazer-se não uma conferência, mas um livro. Ela é de tal forma a mais pura expressão de beleza na terra [...]. Salomão comparou-a à sabedoria eterna. Na Bíblia ela é o símbolo da graça e da felicidade perfeita. [...]

Por maior que seja a imaginação de um namorado, quando ele quer comparar o encanto da mulher amada ao de alguma coisa de superior diz que – ela é linda como uma rosa! As alegorias a essa flor são infundáveis.

[...]

Rosa náutica, em que se gravam os raios do horizonte, ou rosas da Virgem em que se dispersam as consolações do rosário; rosa gótica, que abre na pedra fria das Igrejas corações iluminados ou rosas silvestres nascendo junto às fontes humildes, rosas verdadeiras ou rosas emblemáticas, surgidas do seio da terra ou da alma criadora do homem, elas só bastariam para encher toda a obra de um poeta de imaginação. (ALMEIDA, 1922, p. 24)

Sendo repositório de um conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, os quais vêm à tona por meio de “uma linguagem especial e humanizada” (ALMEIDA, 1922, p. 25), a natureza, na óptica de Júlia Lopes, não deveria ser substituída por invenção humana alguma, ainda que existam alguns simulacros, como as flores artificiais que, para a escritora, devem ter sido uma criação do diabo assim como são “as plantas carnívoras e venenosas nas quais ele insuflou [...] almas danadas, com instintos assassinos [...]” (ALMEIDA, 1922, p. 26).

Em virtude da relevância que a natureza, notadamente as flores, as quais convivem “com o homem desde o seu primeiro dia de vida neste mundo” e propiciam “a serena e eterna linguagem da Poesia consoladora” em detrimento da expressão das paixões irrequietas (ALMEIDA, 1922, p. 31), têm para o homem e dentro do mundo natural, é preciso cultivá-las, oferecendo condições para que vicejem em todo lugar onde a vida se faça presente: “É preciso criar, criar sempre, para repouso da consciência e alegria do coração. É tão fácil fincar na terra uma haste de roseira e tão lindo vê-la brotar, crescer, florir!” (ALMEIDA, 1922, p. 32). Daí por que, como arremate final, Júlia Lopes de Almeida chega, ao término do texto em análise, a suplicar a intersecção divina para a manutenção da arte da jardinagem: “Minha Santa Doroteia, mãe virginal das Rosas e dos Lírios, tende piedade dos jardins abandonados e das plantinhas agrestes a que não chega nunca uma gota de orvalho” (ALMEIDA, 1922, p. 34).

Concebida por John Rea como uma diversão adorável, a prática da jardinagem, conforme podemos depreender a partir da conferência de Júlia Lopes, não servia apenas como exercício para entreter, mas, sobretudo, propiciava deleite a todos aqueles que se deparavam diante de um belo jardim, daí por que muitas flores eram cultivadas não só em virtude de seus

fins medicinais ou em razão deste ou daquele simbolismo, mas, principalmente, por serem de uma estética agradável. Acerca da contemplação estética das flores, Thomas (1989, p. 274) afirma:

No início do século XVII, os herbários já enumeravam plantas que, embora inúteis como remédio ou alimento, eram cultivadas, pela simples ‘beleza das flores’. Os livros de jardinagem, a ênfase recaía inequivocamente sobre o ‘deleite que as flores proporcionavam a quem as cultivava.

Consciente, portanto, da importância da jardinagem não só como elemento paisagístico, mas também como instrumento civilizador, já que “ligava o homem ao lar e difundia o gosto pelo asseio e pela elegância” (THOMAS, 1989, p), Júlia Lopes de Almeida, a romancista das famílias, vai, em seu anseio pelo verde, defender tal prática, conclamando seu público, de certa forma, a despertar o gosto pela jardinagem e o amor às flores a fim de que tal público pudesse obter e gerar satisfação estética, mas também demonstrar respeito pelo bem-estar das flores e de todos os elementos do mundo natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se estamos propondo, neste trabalho, uma leitura ecocrítica e se este termo é de origem recente, uma vez que aparece, provavelmente em 1978 em um texto de Willian Rueckert intitulado *Literature and ecology: an experiment in Ecocriticism*, nota-se logo, mais uma vez, o pioneirismo de Júlia Lopes de Almeida que se acentua mais ainda se levarmos em conta que a obra dela apresenta traços não apenas ecocríticos, mas, sim, ecofeministas, já que o ecofeminismo é imprescindível para entendermos as relações de proximidade entre mulher e meio ambiente:

[...] existem vínculos importantes entre a opressão das mulheres e a da natureza, cuja compreensão e avaliação adequada é tarefa indispensável a toda e qualquer tentativa de compreensão adequada da subordinação, tanto das mulheres quanto da natureza. O ecofeminismo recomenda a adoção de uma perspectiva ecologista como referência para a teoria e a prática feminina e designa um conjunto de propostas para a

solução de problemas ecológicos, que levem em conta uma perspectiva feminina. (DI CIOMMO, 1999, p. 111)

Assim, se o ecofeminismo pressupõe, dentre outras ações, “exaltar a natureza, a irracionalidade, a emoção e o corpo humano em detrimento da cultura, da razão e da mente” em prol da justiça ambiental e da valorização da diversidade ambiental (BONNICI, 2007, p. 68), mostrando que “tanto as mulheres como a Terra têm sido vistas como objetos do interesse patriarcal” (DI CIOMMO, 1999, p. 117), algumas dessas bandeiras de luta se fazem presentes ao largo da produção de Júlia Lopes de Almeida, como esperamos ter evidenciado em nossa leitura da conferência *Oração a santa Doroteia*, na qual, mais especificamente, nota-se uma preocupação maior com a relação entre sociedade e meio ambiente com vistas a um relacionamento saudável com o mundo natural.

Em outros termos, podemos reiterar que, em sua prática como escritora e como mulher pública na sociedade brasileira oitocentista, o discurso de Júlia Lopes de Almeida não ficou alheio às preocupações ambientais. Os excertos das crônicas aqui cotejadas bem como a conferência em que nos detemos mais amiúde revelam uma escritora que, para além da consciência ecológica que possuía, empunhou mais uma bandeira ao lado de tantas outras que a tornaram uma escritora oitocentista bastante singular: a da sensibilização ecológica de seu público-leitor, destacando-se, assim, como uma das vozes verdes de tempos pretéritos que procurava “restaurar o meio ambiente natural e a qualidade de vida para os seres humanos e não-humanos”(DI CIOMMO, 1999, p. 113).

Para atingir o objetivo de sensibilizar o público ouvinte de sua conferência acerca da relevância das flores na Terra, da prática da jardinagem e, conseqüentemente, da instauração de um clima ameno nas relações entre homem e natureza, Júlia Lopes de Almeida engendra um discurso em que a produção, a reprodução e a transformação de metáforas florais acontecem em larga escala. Aliás, como afirma a própria conferencista no início do texto, as palavras que ela vai empregar são todas “flores de retórica sedição”.

De acordo com Garrard (2003, p. 18), uma das formas “ecocríticas” de ler determinado texto é “encarar as contribuições para o debate ambientalista como exemplos de retórica”. Nesse sentido, acreditamos que o texto de Júlia Lopes de Almeida pode contribuir para esse debate ambientalista a partir do recurso às imagens florais, da invocação à figura de santa Doroteia, ícone religioso do amor e zelo à natureza, e a partir, enfim, da construção de um discurso pautado na retórica da comunhão entre homem e natureza, o que vai, por sua vez, servir, a nosso ver, como indício do

engajamento político da referida escritora em prol da conservação e preservação da natureza.

Se no século XIX e dealbares do século XX, às mulheres era facultado o direito apenas de falar do amor e das flores, Júlia Lopes de Almeida, em *Oração a santa Doroteia*, soube falar das flores como exercício não de uma retórica “mofada que não tem aroma nem produz sementes” (ALMEIDA, 1922, p. 7), conforme quer fazer-nos crer ela no início de seu texto, mas como uma retórica prenhe de preocupação ambientalista, ainda que esta se mostre implícita e calcada, de certa forma, no estabelecimento de relações afetuosas entre humanos e não humanos, já que a natureza “convive com o homem desde o seu primeiro dia de vida neste mundo” (ALMEIDA, 1922, p. 31).

Para finalizar, acreditamos que podem ser aplicadas a esta conferência de D. Júlia as mesmas palavras que, segundo Virgínia Woolf, definem em que consiste o primeiro dever de um conferencista: “estender [ao público ouvinte], após uma hora de exposição, uma pepita de pura verdade para que a guardem entre as páginas de seus cadernos de notas e sempre a conservem sobre o consolo da lareira” (WOOLF, 2004, p. 8). Sendo assim, parece que o desejo da escritora, expresso nas palavras iniciais da *Oração a Santa Doroteia*, conseguiu concretizar-se e as palavras que saíram da boca dela transformaram-se “em lírios cândidos” e converteram-se em “chuva de pétalas verdadeiras” (ALMEIDA, 1922, p. 7) que desaguou em nosso século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Oração a santa Doroteia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

ARAÚJO FILHO, Hildeberto Barbosa. *Arrecifes e lajedos: breve itinerário da poesia na Paraíba*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2001.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: EDUEM, 2007.

BRAGA, Elda Firmo. *As dimensões estéticas da pentalogia “La guerra silenciosa”*: um espaço literário de resistência humana e de motivações ecológicas. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação

em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711 - 2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002.

DI CIOMMO, Regina Célia. *Ecofeminismo e educação ambiental*. São Paulo: UNIUBE; Cone Sul, 1999.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JUNQUERA, Carmen Flys; HENRIQUEZ, José Manuel Marrero e VIGAL, Julia Barella (orgs.). *Ecocríticas: literatura y medio ambiente*. Madrid: Iberoamericana/Vervuert, 2010.

MENDONÇA, Cátia Toledo. Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra. *Revista Letras*, Curitiba, n. 60. jul/dez. 2003, p. 275-296.

MENDONÇA, Lúcio de. As três Júlias. *Almanaque Brasileiro Garnier*. p. 246-249, 1907.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. (Coleção Documentos Brasileiros).

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2003.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. Dois dedos de prosa, coluna de Júlia Lopes de Almeida, bota a boca no trombone. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRASA, 9, Tulane University, New Orleans, Louisiana, 2008.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. Júlia Lopes de Almeida: a cronista da cidade maravilhosa nos oitocentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRASA, 10, Brasília, 2010.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. 2.ed. rev. Florianópolis: Mulheres; CNPq, 2009.

_____. *Escritoras Brasileiras do Século XIX*: antologia. 2. ed. rev. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

_____. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. Conferência apresentada no SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 4, 2001, Porto Alegre: PUC/RS, 2001.

_____. (org.). *Escritoras Brasileiras do Século XIX*: antologia. 2. ed. rev. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

RUFFATO, Luiz. Orelhas da reedição de A família Medeiros. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. Florianópolis: Mulheres, 2009.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora – os críticos – a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. 2005. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHMIDT, Rita. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Universitária/UFRGS, 1995, p. 182-189.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TORRES, Maximiliano Gomes. *Literatura e ecofeminismo: uma abordagem de A força do destino, de Nélide Piñon, e As doze cores do vermelho, de Helena Parente Cunha*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. 1987. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Data de recebimento: 15 jul. 2018

Data de aprovação: 10 maio 2019